



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 5^a LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 84^a
(OCTOGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 178 - Suplemento, de 1/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 84^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO PEDRO DO OVO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 82^a Sessão Ordinária;
- Ata da 83^a Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 30^a Sessão Extraordinária.

Quero cumprimentar os companheiros concursados que prestaram o concurso da Polícia Militar do Distrito Federal de nível superior, que estão aqui pleiteando um direito líquido e justo, que fizeram por merecer. Infelizmente, o Tribunal de Contas derrubou, na semana passada, por três votos a um, a exigência de nível superior.

Eu gostaria de chamar os Deputados que se encontram na Casa para comparecerem ao plenário, a fim de que possamos dar andamento aos trabalhos da sessão ordinária e, inclusive, iniciar os Comunicados de Líderes. (Pausa.)

Anuncio as presenças da Deputada Erika Kokay, da Deputada Eurides Brito, do Deputado Paulo Tadeu, do Deputado Pedro do Ovo, do Deputado Benedito Domingos e convoco os demais Parlamentares que se encontram na Casa para se deslocarem até o plenário.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos Comunicados de Líderes.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro, quero saudar os concursados aqui presentes, que estão exigindo aquilo que foi assegurado pelo Governador do Distrito Federal.

Está sendo protocolado nesta Casa um projeto de decreto legislativo para sustar a decisão do Tribunal de Contas. Eu gostaria que procedêssemos, o mais rapidamente possível, ao início desta votação, na medida em que, se o Governador do Distrito Federal, por várias vezes, disse que é favorável ao concurso de nível superior da Polícia Militar, penso que não há divergência acerca disso na base governista. Então, a posição do Governador é favorável ao pleito que lota as galerias desta Casa. Portanto, como há o PDL, eu gostaria que a matéria fosse incluída na Ordem do Dia, Sr. Presidente, para que pudéssemos apreciá-la tão logo fosse possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Deputada Eurides Brito não só assinou a solicitação, como também solicitou a assinatura do Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, obviamente a bancada do Governo não vai votar contra o que é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	3

pensamento do Governo — a exigência do nível superior. Eu não só assinei o PDL, como também estou pedindo a todos os Deputados da bancada que entrarem no plenário que possam assiná-lo também.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Agradeço à Deputada Eurides Brito pela sua serenidade e pela sua convicção.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vejo constantes críticas da sociedade e da população à qualidade do serviço público que é oferecido. Quando surge uma proposta para que os policiais que vão fazer o policiamento preventivo e ostensivo, que vão defender a população, sejam mais qualificados, tenham curso superior, as pessoas começam a criar dificuldades. A pergunta que eu faço é a seguinte: as pessoas querem mudar, querem ver o serviço público mais conceituado ou não?

Então, eu quero aqui prestar a minha solidariedade às pessoas que passaram no concurso, dizer que eu sou um radical defensor dessa tese, porque eu penso que o mundo caminha para que a pessoa que trata com um tema tão importante para a sociedade seja mais bem qualificada. A qualificação não é somente para as pessoas que passaram no concurso, mas para a sociedade também. Essa causa é muito mais do que uma visão simplesmente corporativa, ou de interesse próprio ou particular de cada pessoa que passou no concurso. Ela é uma causa importante para a política pública de segurança que esta cidade terá. Ela é importante para a futura segurança do cidadão do Distrito Federal, que paga seus impostos, às vezes com muito suor. Dessa forma, ela é importante para a sociedade e, por isso, eu sou um radical defensor dela. Quanto mais qualificada for a pessoa que vai dar segurança à população, melhor para a população, que será mais bem tratada e mais bem defendida. Esse é um avanço fantástico que poderá servir de exemplo para o Brasil.

Eu não entendo por que o Tribunal de Contas do Distrito Federal cria dificuldades. Para mim, muito mais importante do que a questão meramente jurídica e legal é a própria sociedade. Eu estou na vida pública para defender a sociedade e o que for melhor para ela.

Portanto, eu quero prestar minha solidariedade às pessoas que passaram no concurso. Espero que esse projeto seja apreciado para que se dê um fim de uma vez por todas nisso. Se não for, que se encontre outro jeito, mas é a sociedade que estará sendo prejudicada se o projeto não for aprovado.

Um segundo ponto, Sr. Presidente, ainda com relação à segurança pública: eu quero, mais uma vez, manifestar-me contrariamente à política desses postos policiais. Na minha opinião, o conceito moderno de segurança pública exige mobilidade. No fundo, o Governador está retirando policiais das ruas ao instalar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	4

postos policiais. A população precisa é do oposto: que os policiais estejam nas ruas, que o policiamento preventivo, ostensivo seja ampliado.

Outro dia, Sr. Presidente, na 416 Sul, uma pessoa foi assaltada e foi a um posto policial. Chegando lá, o policial falou: "Eu não posso sair daqui porque o posto não pode ficar sozinho". Se o Governo fizer o que diz - construir trezentos postos policiais -, o resultado prático dessa medida é que serão retirados 4.800 policiais das ruas, já que cada posto precisa de dezenas policiais. Na minha opinião, o que tem que ser feito é justamente o oposto: colocar mais policiais nas ruas. É isso que trará segurança à população porque não há mágica. Para melhorar a segurança pública desta cidade, é necessário mais policiais nas ruas, aumento do policiamento preventivo e ostensivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Reguffe, pelo seu apoio à causa dos concursados do concurso de nível superior da Polícia Militar do Distrito Federal. Agradeço também a sua assinatura no PDL.

O Deputado Milton Barbosa e todos os Parlamentares que foram procurados já assinaram o PDL para que ele seja apreciado ainda hoje, a fim de que possamos resolver essa situação o mais rápido possível.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB) (Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu me solidarizo com todos aqueles que estão na galeria, que almejam o ingresso no serviço público. Todos somos do serviço público: Eu, V.Exa., a Deputada Erika Kokay e outros que estão aqui somos oriundos do serviço público, que é, queiramos ou não, um porto seguro para todas as nossas vidas.

Queria me solidarizar com o grupo que está aqui e com todos aqueles que estão querendo ingressar nos quadros da Polícia Militar. Nós assinamos aqui um projeto de decreto legislativo e, se Deus quiser, vamos votá-lo hoje para que todos possam prosseguir no certame a que estão sendo submetidos.

Agora, Sr. Presidente, tomei conhecimento de que na Secretaria de Fazenda, pela primeira vez ao que me consta, saiu o pagamento da remuneração mensal dos servidores da ativa, e os inativos ainda não receberam. Eu não conheço exemplo pior. Perdoem-me os gestores públicos da Secretaria de Fazenda, mas, se isso for verdade, trata-se de mais um ato desatinado. Se não tinha dinheiro para pagar todos, que não pagasse ninguém. Inativo ou aposentado, o que for, não é um qualquer não! É um cidadão que deu a vida inteira pela instituição, pelo Governo do Distrito Federal. Não pode ser discriminado, deixando de receber aquilo que é mais importante para sua subsistência - a remuneração.

Então, se realmente isso aconteceu, eu quero, de forma veemente, repudiar esse fato porque tenho a minha vida feita no serviço público, como vocês estão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	5

querendo fazer a de vocês. Vocês estão querendo exercer uma profissão na Administração Pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Muito obrigado, Deputado Milton Barbosa, que está sempre do lado dos servidores públicos do Distrito Federal. Com certeza, V.Exa. não estaria do outro lado!

Inclusive, Deputado Milton Barbosa, como o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, anunciou que é favorável ao concurso de nível superior e determinou a sua realização, sugiro que ele acione a Procuradoria-Geral do Distrito Federal para que tome uma posição e garanta a quem já fez o concurso e passou a continuidade no certame, a fim de que nós não sejamos surpreendidos com a aprovação no Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 5.664, que deixa de fora os companheiros que já estão.

É importante que o Governador acione a Procuradoria-Geral do Distrito Federal para dar uma garantia, até porque tanto as pessoas que fizeram o concurso gastaram dinheiro, quanto a Polícia Militar do Distrito Federal gastou dinheiro, dinheiro este que é do erário, tem de ser preservado. Por isso, é importante que a Procuradoria faça alguma coisa, e o Governador tem poder para isso.

Neste momento, quero anunciar a presença dos Deputados Chico Leite e Deputado Reguffe.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe, pelo Partido Democrático Trabalhista. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares, pelo Bloco Democrático Social Brasileiro. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, pelo Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não sou Shakespeare nem estou na Dinamarca, mas algo de podre acontece nesta dita, neste arremedo de república, que está em curso no Distrito Federal.

Escuto e vejo no jornal o Governador dizer que ele e o conselheiro do Tribunal de Contas Domingos Lamoglia, cuja candidatura deveria ter sido construída por esta Casa, pois a vaga é do Poder Legislativo, são, em muitas ocasiões - conforme expressão do Governador -, a mesma pessoa. Isso significa que será o próprio Governador quem analisará as suas contas, são a mesma pessoa! O Governador diz, ainda, que ficou extremamente chateado, ofendido com os Parlamentares que não votaram no seu candidato, assumindo de pronto que o candidato não foi urdido pelo Poder Legislativo embora ocupe uma vaga nesse Poder. Vejo também, no jornal *O Estado de S. Paulo*, que o Tribunal de Contas determinou a retenção de 5,2 milhões de reais de uma obra do PAC coordenada pelo Governo do Distrito Federal, para construir 1.290 casas populares na Estrutural. Diz o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	6

Tribunal de Contas que, além do sobrepreço de 5,2 milhões já verificados, existem irregularidades na licitação e falhas na execução da obra, em um Governo que diz ser da legalidade.

Mas, ao abrir as páginas de um determinado jornal desta cidade, lembro-me agora não de Shakespeare, mas de Maiakovski quando diz: "Fiz ranger as folhas de jornal... de cada fronteira distante subiu um cheiro de pólvora"... Denunciamos aqui na tribuna desta Casa que houve a compra de um terreno pelo superintendente do Jornal de Brasília por R\$ 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais). Dois anos depois, esse terreno foi vendido ao Governo do Distrito Federal por 4 milhões e 200 mil, se não me engano. Houve uma valorização de quase 1000%. Depois de denunciar esse fato, de entrar com uma representação no Ministério Público e de protocolar, também, um requerimento para convocar o Secretário de Governo, tenho sido alvo de uma série de reportagens que buscam desqualificar a minha vida pública, que tem 34 anos e não começou no Parlamento. A minha vida pública, por ironia do destino, começou enfrentando a ditadura militar, lutando pela democracia. Nós estamos vivenciando hoje uma "ditadura das moedas". Já não se trata mais de botas e baionetas, trata-se da tinta do jornal. E são as moedas que, com certeza, pululam nos bolsos dos donos dos jornais que constroem a ditadura nesta cidade.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que estou sendo acusada. Estão rememorando, ou requentando, fatos de dois anos atrás, mas não se considera o que avançou nesses dois anos. Não se está considerando que mais de cinquenta pessoas já foram escutadas no inquérito policial e que a minha inocência foi atestada por essas cinquenta pessoas. Não se está considerando que o indivíduo, autor destas denúncias, esteve preso por agressão doméstica, motivo que me levou a demiti-lo. Não se está considerando que esta mesma pessoa também esteve presa por receptação de material roubado. Não se está considerando a qualidade da fonte nem o fato de que o inquérito já comprovou o envolvimento de políticos nas denúncias que foram urdidadas.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que não vão me calar. Não vão me calar! Enquanto o Governo estiver superfaturando com gastos, como mostra o Tribunal de Contas da União, de 5,2 milhões em casas populares, enquanto um terreno comprado por R\$426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais) for vendido por 4 milhões e 200 mil, falarei nesta tribuna para que a justiça prospere.

Ontem, recebi desse jornal uma série de perguntas. Se o jornal não conhecia os fatos sobre os quais me perguntou, não deveria ter publicado, durante oito dias, matérias absolutamente desqualificadoras. Estou entrando, provavelmente no dia de hoje, com queixa-crime, com ação de reparação de danos morais, e estou entrando com direito de resposta. Lutamos pela liberdade de imprensa. Liberdade de imprensa não permite o abuso. Liberdade de imprensa não permite a partidarização. Liberdade de imprensa não permite que o Poder Executivo utilize instrumentos alimentados verdadeiramente por ele, para fazer o debate de ideias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	7

Continuarei denunciando todas as irregularidades na área de Saúde e continuarei lutando pela CPI, que foi considerada muitas vezes como uma des cortesia ao Governador. A função desta Casa é, além de legislar, fiscalizar.

Por fim, Sr. Presidente, digo que essas denúncias não me intimidam. Como diz uma música, "de muito usada, a faca já não corta mais". E outra música: "Existe um mundo de tanta mentira e tanta força bruta que tem que ser combatido com coragem". E digo mais: que a vida, com os seus percalços e com as suas dificuldades, nunca permita que eu venha a me acomodar e a manchar um passado que tenho muito orgulho de carregar, um passado que não é comprometedor. Já não posso dizer o mesmo de muitos que me acusam nesse momento. Como diz Maiakovski: "Que venham todas as ondas, que nós as atravessaremos tal qual a quilha corta o mar". Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Erika Kokay, receba o meu apoio e a minha solidariedade e realmente não se cale, independentemente das adversidades que V.Exa. encontre pelo caminho, até porque já está aí o primeiro passo: o atual Conselheiro do Tribunal de Contas pode começar trabalhando, já que ele é a semelhança do Governador. Que ele apure por que o terreno teve toda essa valorização. Inclusive é do conhecimento de todos que a bancada do Partido dos Trabalhadores fez um requerimento solicitando que a TERRACAP nos informe todas as áreas que serão desapropriadas, o porquê e também o valor de cada uma, para justamente evitarmos a especulação imobiliária e que o dinheiro do erário seja gasto de forma irregular e ilícita. O Tribunal de Contas tem que cumprir o seu papel da mesma forma que cumpriu – ou diz que está cumprindo – quando cancelou o concurso de nível superior para a Polícia Militar. O Tribunal deveria ter o mesmo rigor nesse caso, nesse desvio de quase R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais). Era assim que o Tribunal deveria proceder.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, está na Ordem do Dia – não me pergunte como – a discussão e votação, em primeiro turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.360, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que diz respeito a uma abertura de crédito suplementar de R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais).

Sr. Presidente, esse crédito é para pagar o terreno que foi vendido por R\$ 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais). Agora, o Governo quer que aprovemos um crédito para que esse terreno possa ser comprado com os nossos recursos – porque são nossos os recursos –, por 4 milhões e 200 mil. Então, peço que seja retirado da pauta esse crédito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço a V. Exa. que retire da pauta o item nº 29, para reanálise da matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato os pedidos da Deputada Erika Kokay e da Deputada Eurides Brito e retiro da pauta o item nº 29, que trata do Projeto de Lei nº 1.360, de 2009, até que haja uma discussão, um amadurecimento por parte da Liderança do Governo e da Oposição, e o assunto possa retornar à pauta.

Registro a presença da Deputada Eliana Pedrosa.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Dá-se inicio aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna são os acontecimentos em Honduras. O Brasil se envolveu em uma situação constrangedora. Não defendemos nenhum regime de exceção. Acho que qualquer regime totalitário tem de ser repudiado por nós, que primamos pela democracia. O Brasil não pode ter dois pesos e duas medidas. O País tem que trabalhar as coisas em nível internacional, conservando a posição que sempre mantivemos. Parece que, em Honduras, houve o afastamento do Presidente por ordem da suprema corte de justiça daquele país, e assumiu o Micheletti. Está havendo esse movimento e abrimos a nossa embaixada para que o Manuel Zelaya pudesse ali se instalar não como exilado político, mas para fazer um movimento de convulsão naquele País.

Eu estranho isso. Hoje vejo que a imprensa nacional diz que o presidente interino de Honduras fechou uma emissora de televisão e também um jornal. Ora, a Venezuela fez coisa pior, no entanto, o País é tido como grande companheiro. Isso não é correto. Por outro lado, Sr. Presidente, na ocasião da realização dos Jogos Panamericanos, no Rio de Janeiro, dois atletas cubanos que pediram asilo no Brasil foram repatriados no outro dia, sem que ninguém tivesse conhecimento disso. Foram colocados no avião e mandados de volta a Cuba. Por que esse tratamento tão diferenciado? Estamos em uma “camisa de força”. Condenamos, de fato, um regime de exceção, mas também não podemos ser complacentes com essa situação de fazer da nossa embaixada um movimento de intransquilidade naquela nação. Por isso, eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	9

estrano a situação. Quando vemos simpatizantes de ideologia política, como Evo Morales, como o pseudodemocrata da Venezuela, como Cuba, onde existe uma ditadura de mais de 50 anos, em que muitas pessoas foram sumariamente executadas nos paredões, todos aplaudem.

Por isso, acho que o Brasil deveria agir com mais cautela, com mais respeito a essa situação, senão ficamos complicados. Condenamos de um lado, aplaudimos de outro. Depende simplesmente da questão ideológica. Não é a democracia que está em jogo.

Torço para que corra tudo bem e para que a nossa chancelaria possa se sair bem, sem que a nossa situação de país pacífico, um país que sempre participou das questões internacionais sem nenhum arranhão, seja alterada, enfim, para que o País não saia manchado desse episódio. Se condenamos de um lado, temos de condenar do outro. Se condenamos um regime aparentemente de exceção, embora com o ordenamento da corte suprema daquele País, onde o presidente interino assumiu, não podemos permitir que o outro não respeite as normas e use a nossa embaixada para fazer uma espécie de tumulto naquela nação amiga. Por isso aqui ficam as minhas argumentações. Não podemos ter dois pesos e duas medidas. É preciso tomar uma posição política, seja de direita, seja de esquerda, seja o que for, mas tem que ser com lisura, para que o nosso País possa dar exemplo às demais nações, porque o Brasil é um país livre, democrático e sem nenhuma ideologia que possa manchar a sua história pacífica no mundo atual.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos colegas que estão nos gabinetes: que desçam para que possamos fazer a votação, porque temos responsabilidade sobre folhas de pagamento e precisamos votar.

Aproveito para solicitar, em havendo *quorum*, inversão de pauta, para votarmos o item nº 33, que vai suprir a folha de pagamento da Secretaria de Governo, da Secretaria da Fazenda, da NOVACAP e da Secretaria de Trabalho e o item nº 30, referente ao IPREV, que é responsável pela folha de pagamento dos aposentados. Se votarmos logo, ainda dá para correr para publicação e tentar amenizar o problema, porque o dia de pagamento é amanhã. Essas questões, principalmente a do IPREV, estão na Casa desde agosto. Não dá para dizer que o Governo chegou com o crédito e com a questão do IPREV de última hora, não se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	10

trata disso. Então, eu sugiro inversão de pauta para anteciparmos a votação dos itens nº 30 e nº 33, que tratam de pagamento de pessoal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Vou analisar e deferir a solicitação de V.Exa. Solicito ao Deputado Benedito Domingos que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de quorum.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	11



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5^a LEGISLATURA - 2^a SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS-PRP		A	
BENEDITO DOMINGOS - PP	P		
BENÍCIO TAVARES-PMDB		A	
BISPO RENATO-PR		A	
BRUNELLI-DEM		A	
CABO PATRÍCIO-PT		A	
CHICO LEITE-PT		A	
CLÁUDIO ABRANTES - PPS		A	
CRISTIANO ARAÚJO-PTB		A	
DOUTOR CHARLES-PTB		A	
ELIANA PEDROSA - DEM	P		
ÉRIKA KOKAY-PT	P		
EURIDES BRITO-PMDB	P		
JAQUELINE RORIZ-PSDB	P		
MILTON BARBOSA-PSDB		A	
PAULO TADEU-PT	P	A	
PEDRO DO OVO - PMN		A	
RAAD MASSOUSH - DEM	P		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		A	
REGUFFE-PDT	P		
ROGÉRIO ULYSSES-PSB		A	
RÔNEY NEMER - PMDB		A	
WILSON LIMA-PR		A	
LEONARDO PRUDENTE-DEM		A	
TOTAL	8	16	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	12

não havendo, portanto, *quorum* regimental para votação neste momento. Daremos continuidade aos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na última sessão que aconteceu nesta Casa nós apresentamos o fato de o Secretário de Saúde do Distrito Federal não ter respondido a um requerimento de informação nosso. O Secretário Augusto Carvalho recebeu dois requerimentos de informações, um no dia 6 de março e outro no dia 25 de maio. Ou seja, há o recibo da Secretaria de Saúde atestando que os dois requerimentos adentraram aquela Secretaria nas respectivas datas.

V.Exa. sabe, tanto quanto qualquer Parlamentar, que isso é passível de uma ação por crime de responsabilidade. Então, nós protocolamos hoje, conforme combinado com o Presidente desta Casa, Deputado Leonardo Prudente, que presidia a sessão na ocasião, solicitação à Mesa Diretora, a fim de que ela possa instaurar a ação por crime de responsabilidade contra o Secretário de Estado de Saúde, por não ter respondido a dois requerimentos desta Casa. Um, inusitadamente, solicitava os critérios para contratação da iniciativa privada para fazer cirurgias eletivas. O Sr. Secretário não respondeu. Portanto, Sr. Presidente, é crime de responsabilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Com certeza, Deputada Erika Kokay. Encaminharemos à Mesa alertando que, amanhã, pela manhã, haverá reunião da Mesa Diretora para discutir outros assuntos, podendo ser solicitada, por qualquer membro, a inclusão desse item de pauta. Isso para que os Secretários não só atendam às solicitações dos Parlamentares, mas cumpram a Lei Orgânica do Distrito Federal: de três em três meses virem a esta Casa prestar esclarecimentos sobre suas Secretarias e suas ações do Governo. O que não tem ocorrido com nenhum Secretário do Governador Arruda.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós teremos, dia 1º, das 9 às 18h, na rodoviária do Plano Piloto, onde estaremos com a estrutura desta Casa, uma reunião conjunta com todas as Câmaras de Vereadores das cidades limítrofes de Brasília para debatermos sobre Segurança, Saúde, Transporte e Educação conjuntamente com os Parlamentares do Entorno.

Então, convido todos os Srs. Parlamentares para esse fórum de debates que acontecerá às 9h e contará com a participação do Poder Legislativo do Distrito Federal e do Poder Legislativo das cidades vizinhas ao Distrito Federal, com o intuito de encontrarmos uma solução para minorar os problemas que afigem essa vasta região.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	13

Sr. Presidente, conto com a presença de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Benedito Domingos, com certeza eu estarei presente e convoco todos os Parlamentares para também se fazerem presentes, não só para ouvirem a população do Entorno...

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, todos os Parlamentares estão convidados, o convite já foi remetido a todos os Gabinetes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Com certeza todos os Parlamentares estarão presentes para ouvirem a população, porque a região do Entorno interessa e muito à população do Distrito Federal.

Esta Presidência agradece a V.Exa. pela preocupação com a população do Entorno.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

Neste momento, passo a Presidência ao Deputado Leonardo Prudente que acaba de chegar à sessão. S.Exa. estava recebendo, juntamente com o Deputado Chico Leite, a Diretoria do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu já prestei a minha solidariedade ao pessoal que passou no concurso. Já frisei que isso é importante não só para a vida de vocês, mas principalmente para a população do Distrito Federal, para que ela tenha um serviço de Segurança Pública à altura do que esta cidade precisa e merece.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna na tarde de hoje para mais uma vez fazer uma crítica sobre a questão dos cemitérios. Sem dúvida nenhuma a questão da Saúde pública é muito mais grave do que a questão dos cemitérios. A questão da Segurança pública e da Educação desta cidade é muito mais grave, mas nada justifica que uma pessoa enterre um ente querido em um local e, depois, em um momento de saudade, vá ao cemitério visitar o seu ente querido e, chegando lá, descubra que o seu ente querido não está mais lá porque a administração do cemitério, que só visa lucro, achou por bem retirá-lo para vender ou alugar aquele espaço para outra pessoa.

Esta semana surgiu mais um caso em Taguatinga de uma ossada que foi retirada para que a administração vendesse o espaço para outra pessoa, buscando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	14

lucro. Já soma mais de uma dezena de casos no Distrito Federal, além de uma série de irregularidades, inclusive do ponto de vista fiscal, uma série de denúncias com relação às funerárias, inclusive, de retirada e venda de órgãos para faculdade de medicina, desrespeitando a dor das famílias. E ninguém toma uma atitude. Não há atitude! É só blá-blá-blá e atitude prática, zero!

Concessão de serviço público, aliás, vale para os cemitérios e vale para o transporte público desta cidade, que é uma porcaria. Brasília é a única não só do Brasil, mas do mundo onde dono de empresa de ônibus urbano fica tão rico que vira dono de empresa de aviação. É um excelente negócio para o empresário, mas um péssimo serviço à população. Concessão de serviço público não é propriedade. Se a empresa não está prestando serviço a contento para a sociedade, tem-se que cassar a concessão dessa empresa, para isso serve concessão de serviço público.

Então, eu penso que a empresa que atualmente administra os cemitérios deveria dar uma resposta à sociedade e o Governo do Distrito Federal deveria tomar uma atitude firme e cassar a concessão da empresa. Por que não cassa? Já há desvios do ponto de vista fiscal, há desvios do ponto de vista moral, ao serem retiradas ossadas de famílias — durante a CPI dos Cemitérios, comprovou-se que uma quadra inteira foi retirada. Eu queria saber por que não se toma uma atitude firme com relação a isso.

Sr. Presidente, na minha opinião, concessão de serviço público não deve ser *ad eternum*, mas, sim, para que aquela empresa preste um serviço de qualidade à população. Se não está prestando, tem que se cassar a concessão da empresa. Eu queria saber por que não é cassada.

É esse questionamento que eu deixo aqui nesta tribuna.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, o meu pronunciamento deveria ter sido nos Comunicados de Líderes, mas eu estava atendendo demandas inerentes à função de Líder. Então, vou aproveitar este espaço nos Comunicados de Parlamentares para fazer um pronunciamento híbrido, meio liderança e meio parlamentar.

Na parte parlamentar, eu quero dizer que fizemos, no mês de junho, um apelo ao Governador Arruda para estender o benefício dado aos professores para a compra de *notebook*, com financiamento parcial custeado pelo Governo, ao pessoal da carreira Assistência à Educação do SAE. Àquela altura, o Governador deferiu o nosso pedido. Na sexta-feira passada já participamos da entrega dos primeiros 2.700 *notebooks* ao pessoal da carreira Assistência à Educação e amanhã participaremos, também, de mais uma leva de entregas no Ginásio Serejinho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	15

Muitos estranharam o porquê de o pessoal da carreira Assistência à Educação fazer jus a isso e nós temos explicado que a educação não é feita só pelo professor que está em sala de aula, mas pelo conjunto de pessoas que exercem as mais diferentes atividades dentro da sala de aula. Então, essa foi realmente uma conquista muito importante. Qualquer que seja o campo profissional em que se esteja trabalhando, ninguém pode hoje ficar alheio à questão da tecnologia, ao acesso à internet, à escola... Imaginem um secretário escolar, por não ser professor, não ter direito à aquisição do *notebook*! Não há justificativa plausível para isso porque, cada vez mais, é através do processo eletrônico, é através da linguagem dos computadores que nós agilizaremos a nossa tomada de decisões e o encaminhamento dos problemas relacionados ao serviço público.

Pela liderança, eu queria apelar aos colegas que estão nos gabinetes e pedir também à nossa assessoria que ligasse para os Parlamentares que ainda não estão aqui para que venham a este plenário, pois há um projeto de crédito suplementar na pauta para apreciarmos, inclusive, já pedimos preferência para votação — ele tem preferência porque diz respeito a salário de servidor —, bem como a apreciação do IPREV, que trata do pagamento dos aposentados. Estamos realmente na dependência da aprovação desses dois projetos, eu gostaria que viessem para o início da pauta de hoje.

O pleito dos jovens que estão aqui e que se inscreveram conforme as exigências do edital para nível superior é justo. Eu acabo de conversar com o Presidente e estamos encontrando uma saída que não atropele legislação, para não falharmos por problema dessa natureza.

O Presidente, sempre bom negociador e encaminhador, deve conseguir, quem sabe na tarde de hoje, montar uma comissão que trabalhará na solução do problema, não pela via que nos foi apresentada. Segundo advogados da Casa — que atuam em diferentes bancadas, com diferentes convicções, mas numa mesma ideologia, a do Direito — aquele não é o caminho, pois seríamos atropelados também juridicamente.

Obrigada, Sr. Presidente, por esse encaminhamento.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento a Deputada Eurides Brito pelo pronunciamento. Conversava com o Presidente e com a comissão dos aprovados em concurso de nível superior que a assessoria técnica da Câmara, a de todos os gabinetes e também das lideranças, chegou à conclusão de que um projeto de decreto legislativo não é suficiente para derrubar a decisão do Tribunal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	16

Então, estamos encaminhando, todos os Parlamentares em conjunto e em consenso, uma solicitação ao Governo para que ele faça um pedido de reexame ao Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre essa questão até quinta-feira desta semana. Os Parlamentares acompanharão esse pedido juntamente com a comissão.

Será um pedido, do próprio Governo ao Tribunal de Contas, pelo reexame da questão e sobre a decisão daquele órgão. Nós faremos a articulação política para tentarmos reverter a situação e dar continuidade ao concurso.

Os aprovados no concurso concordam?

Esse é o caminho legal e mais viável que podemos articular politicamente para encontrarmos a solução. A comissão conversará com os senhores em instantes, enquanto providenciamos esse documento e articulamos uma reunião com a Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em acréscimo ao que acaba de dizer o Deputado Cabo Patrício, esta questão possui o consenso da Casa. Então, vocês já saem com um fator positivo, pois os Deputados, por unanimidade, não têm nenhuma postura diferente. Todos são favoráveis à causa de vocês, como também o Governo. Não seria a primeira vez que encaminharíamos desta Casa assuntos junto ao Executivo para solicitar uma revisão de decisão do Tribunal de Contas. Não seria o primeiro caso.

Conforme bem explicou o Deputado Cabo Patrício e pelo entendimento unânime dos juristas, dos advogados da Casa, este é o caminho que pode ser exitoso, o outro tropeçaria logo ali. Nós sairíamos daqui talvez aplaudidos, mas tropeçaríamos logo ali. E isso não serviria à causa. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu acato os encaminhamentos da Deputada Eurides Brito e do Deputado Cabo Patrício. Manifesto nosso apoio e nossa solidariedade a todos os senhores concursados. Recebam o nosso apoio — da Mesa Diretora e da Câmara Legislativa do Distrito Federal — à demanda e ao pleito absolutamente justo dos senhores e das senhoras que foram aprovados no concurso.

Em nome da Presidência e da Liderança, com a permissão da Deputada Eurides Brito, farei o pedido de audiência com a Presidente do Tribunal de Contas. Há um ambiente diferente, e creio que isso torna as circunstâncias mais favoráveis. Quando houve a votação, havia outra Presidência e outra composição no Tribunal. De uma semana para cá o Tribunal de Contas mudou a sua composição. Portanto, há um clima e um ambiente propícios, segundo minha avaliação, para se fazer um encaminhamento e uma condição política para este assunto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	17

Se o Tribunal entender que nos próximos concursos não pode haver a mesma exigência, tudo bem, não entraremos nesse mérito. Mas este concurso já realizado gerou expectativa, as pessoas já foram classificadas. Assim, seria absolutamente injusto com os senhores não se reverter essa decisão.

Não podemos dizer qual será o encaminhamento do Tribunal, mas faremos todo o esforço: a Presidência, a Liderança de Governo, a Liderança de Oposição, a Mesa Diretora. Eu convidarei os Líderes dos Partidos e dos Blocos Partidários para, se desejarem, acompanharem a Mesa Diretora, junto com a comissão dos concursados, nesta semana ainda, a uma audiência com a Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal para avaliarmos a possibilidade do reexame do pleito dos senhores e das senhoras.

Este é encaminhamento, Deputado Cabo Patrício.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Este é o melhor encaminhamento. Já vimos situações, no Tribunal, de decisões serem revertidas ou mudadas.

Como disse o Deputado Leonardo Prudente, há um clima diferente e favorável no Tribunal de Contas para a resolução desse problema. Melhor do que aprovarmos um projeto de decreto legislativo e, depois, ele ser questionado juridicamente.

Continuam os Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, é bom ver V.Exa. conduzindo a Presidência desta Casa.

Segundo, quero me somar a todas as lutas que já foram aqui ditas e reafirmadas na defesa do pessoal concursado da Polícia Militar do Distrito Federal pela Deputada Erika Kokay, pelo Deputado Cabo Patrício, pela própria Deputada Eurides Brito. O Deputado Leonardo Prudente colocou um encaminhamento interessante. Contem conosco na luta que estão travando neste momento. Obrigado pela presença e até a vitória.

DEPUTADO BRUNELLI – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, V.Exa. sempre tem trabalhado muito pela nossa cidade.

Quero comunicar ao nosso Presidente, à Mesa Diretora, que – devido à ausência do Deputado Geraldo Naves, um Deputado muito atuante, mas que está na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	18

suplência – passa a liderar o Bloco Partidário dos Democratas a Deputada Eliana Pedrosa.

Fazemos o comunicado e agradecemos a V.Exa. pelo espaço. Solicitamos essa formalização.

DEPUTADO PAULO TADEU – Aproveito que a nova Líder dos Democratas, a Deputada Eliana Pedrosa, está entre nós para dizer que eu conversava com a Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, a respeito da questão dos quiosqueiros do Distrito Federal. E essa é uma situação, hoje, um tanto quando inusitada.

Esta Casa aprovou uma Lei que deu tranquilidade a essa categoria. O Governo ficou de emitir para esses trabalhadores o certificado de concessão e de utilização dos quiosques e *trailers* no âmbito do Distrito Federal.

O problema é que o Governo está protelando a emissão dessa concessão e, no mesmo instante, a AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal, está exigindo dos quiosqueiros as permissões. O Governo não emite as permissões, que já estão prontas, mas a Agência de Fiscalização está fechando alguns quiosques. Ela fechou os quiosques que funcionavam em frente à UNIP – Universidade Paulista. E outros quiosques no Distrito Federal estão sendo ameaçados de serem fechados.

É muito importante, muito importante mesmo, que o Governo do Distrito Federal garanta a emissão dessas concessões para que os quiosqueiros trabalhem com a devida tranquilidade, pois não é possível que, entra dia e sai dia, eles vivam com essa situação de indefinição. Isso gera tensão, estresse e funcionamento inadequado dos quiosques. Espero que o Governo emita o mais rápido possível todas as permissões que já estão prontas. Já houve uma megacerimônia com o Governador do Distrito Federal, em que ele sancionou a lei e garantiu a emissão dessas permissões. Infelizmente, não sei por que, o Governo está protelando essa situação e gerando todo esse transtorno para esses trabalhadores.

Aproveito esses instantes finais, Sr. Presidente, para tratar de um tema que parece não ter nada a ver com o Poder Legislativo do Distrito Federal, mas tem, que é essa situação, hoje, em Honduras: o Distrito Federal, através da Câmara Legislativa, aprovou uma moção de repúdio ao golpe lá em Honduras. Essa moção foi aprovada, encaminhada para diversos órgãos de imprensa, para o Senado Federal, para a Câmara, para as entidades de Deputados, tanto no âmbito do País, quanto no âmbito internacional.

Hoje, nos deparamos com a situação em que, infelizmente, o golpe militar em Honduras ganha contornos dramáticos. Esperamos muito que não volte a acontecer na América Latina o que aconteceu nas décadas de sessenta e setenta, quando diversas nações viveram sob a ótica das baionetas, do silêncio, do golpe militar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	19

Portanto, em defesa da democracia, queremos prestar a nossa solidariedade à população de Honduras, e parabenizar o Presidente Lula, parabenizar a postura do Itamaraty na defesa da democracia, quando abrigou o presidente que foi deposto injustamente por aquele golpe, o Sr. Manuel Zelaya, que hoje está na Embaixada Brasileira. Esperamos muito que aquela nação não ataque a Embaixada Brasileira.

Então, quero aqui prestar a minha solidariedade mais uma vez e dizer que esta Câmara já tem uma posição contrária ao golpe militar em Honduras. Espero que a imprensa brasileira, ou melhor, que alguns setores da imprensa brasileira, não ousem continuar defendendo um governo golpista como o Governo de Honduras.

Era isso que eu queria dizer na tarde de hoje. Peço, mais uma vez, à Deputada Eurides Brito, Líder do Governo, que interceda em nome dos quiosqueiros do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Paulo Tadeu.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

A Presidência vai suspender os trabalhos durante 20 minutos para depois reabri-los caso haja *quorum*; caso contrário, encerraremos a presente sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h33min, a sessão é reaberta às 16h56min.)

(Sessão suspensa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

Como não há Parlamentares presentes no plenário, vou ler o Expediente que se encontra sobre a mesa.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 178 - Suplemento, de 1/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 84^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - A Presidência convida o Deputado Pedro do Ovo a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	20



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5^a LEGISLATURA - 2^a SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS-PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS - PP		X	
BENÍCIO TAVARES-PMDB	X	X	
BISPO RENATO-PR	X		
BRUNELLI-DEM		X	
CABO PATRÍCIO-PT	X		
CHICO LEITE-PT		X	
CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X	X	
CRISTIANO ARAÚJO-PTB		X	
DOUTOR CHARLES-PTB		X	
ELIANA PEDROSA - DEM		X	
ÉRIKA KOKAY-PT		X	
EURIDES BRITO-PMDB	X		
JAQUELINE RORIZ-PSDB		X	
MILTON BARBOSA-PSDB		X	
PAULO TADEU-PT		X	
PEDRO DO OVO - PMN	X		
RAAD MASSOUSH - DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE-PDT		X	
ROGÉRIO ULYSSES-PSB		X	
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA-PR		X	
LEONARDO PRUDENTE-DEM		X	
TOTAL	6	18	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 09 2009	15h25min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Constata-se que não há em plenário o *quorum* necessário para a realização da sessão.

As matérias que integram a Ordem do Dia ficam transferidas para a próxima sessão ordinária.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 188-Suplemento, de 16/10/2009.